

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.572.845 - RS (2015/0310160-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : PAULO RENATO LUNES
ADVOGADOS : CELSO SIMÕES DA CUNHA - RS062300
GUSTAVO OLIVEIRA DE NUNES - RS080910
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, fundamentado nas alíneas **a** e **c**, do permissivo constitucional, interposto pelo PAULO RENATO LUNES, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"AGRAVO. AUTOR DOMICILIADO NA CIDADE DE TRÊS LAGOAS-MS.

DECLINAÇÃO DA COMPETÊNCIA.

Tendo o próprio autor indicado na inicial e procuração o domicílio na cidade de Três Lagoas-MS, o que resta confirmado pelos demais documentos juntados aos autos, deve ser mantida a decisão que declinou da competência para a Subseção Judiciária de Três Lagoas" (fl. 252e).

Sustenta a parte recorrente violação ao art. 71 do Código Civil, além de conflito jurisprudencial. Argumenta, em síntese:

"O recorrente ajuizou Ação de Concessão de Aposentadoria Especial ou Aposentadoria Por Tempo de Contribuição com a conversão de períodos Especiais em Comuns na Justiça Federal de Porto Alegre da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul.

De ofício, o magistrado de 1º grau declinou da competência para o processo e julgamento do feito ao Juízo Federal Distribuidor da Subseção Judiciária de Três Lagoas/MS.

Intimado desta decisão, o recorrente tratou de emendar a inicial, anexando comprovante de residência de Gravataí/RS, declaração de que é seu domicílio definitivo, extrato de conta de Hotel em que demonstra que em 14/01/2015 o recorrente já não se encontrava em Três Lagoas/MS e explicando que em razão de seu trabalho na PETROBRAS, constantemente se desloca pelo território nacional, fixando temporariamente residências, como ocorreu em Três Lagoas/MS, de onde saiu em 14/01/2015 e foi por um período a

Superior Tribunal de Justiça

Recife/PE, logo em seguida se deslocando a Aracaju/SE, mas que seu domicílio definitivo é em Gravataí/RS, conforme se verifica na emenda a inicial e seus documentos (evento 08 do processo de origem). Esclareceu que ajuizou a ação na Justiça Federal de Porto Alegre/RS porque é onde tem residência (comprovando documentalmente), domicílio definitivo, sua família, demais relações, atos e negócios jurídicos, ou seja, onde tem a intenção de fixar residência definitiva na localidade (*animus manendi*).

Com a manifestação e juntada destes novos documentos, pediu a reconsideração da decisão, pugnando pela aplicação do art. 71 do Código Civil que refere que 'Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas'.

Assim, o juízo 'a quo' pesquisou e anexou aos autos as declarações de imposto de renda do recorrente dos anos exercícios 2013 e 2014, sendo o de 2014, com endereço em Três Lagoas/MS e o de 2013, em Gravataí/RS.

Entretanto, para surpresa do recorrente, o juiz de 1º grau reconhece a comprovação documental nos autos do duplo domicílio do recorrente e, mesmo assim, proferiu decisão com igual conclusão da decisão anterior de declinar a competência para o processo e julgamento do feito ao Juízo Federal Distribuidor da Subseção Judiciária de Três Lagoas/MS.

Inconformado com a omissão e contradição na nova decisão em relação a todas as razões expostas e provas anexadas aos autos, o recorrente opôs embargos de declaração para o fim de esclarecimento e manifestação da omissão da decisão sobre o fundamento pelo qual o disposto no artigo 71 do Código Civil não estaria sendo aplicado.

No entanto, novamente, para surpresa do recorrente, o magistrado de 1º grau conheceu os embargos de declaração e, no mérito, rejeitou-os, alegando que cabe ao agravante manifestar sua irresignação na apropriada via recursal.

Assim, o recorrente interpôs agravo de instrumento contra tal decisão, o qual restou assim julgado pelo TRF4:

(...)

Deste modo, não restou alternativa senão o socorro desta digníssima Corte para o tão esperado abrigo jurisdicional, pois a Turma do Tribunal de origem não agiu com o costumeiro acerto ao analisar o presente caso, razão pela qual ensejou a interposição do presente recurso.

(...)

Superior Tribunal de Justiça

A decisão proferida pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região acabou por contrariar expressamente a legislação federal e a jurisprudência consolidada deste Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o art. 71 do Código Civil:

A INCOMPETÊNCIA RELATIVA NÃO PODE SER DECLARADA DE OFÍCIO.

Trata-se de incompetência relativa arguida de ofício, contrariando o disposto na Súmula 33 do STJ e, data maxima vênia, a respeitável decisão atacada também não está observado o disposto no artigo 71 do Código Civil, visto que conforme se observa nos documentos integrantes aos autos e reconhecido judicialmente pelas decisões dos eventos 05 e 13:

comprovantes de residência, Declarações de Imposto de Renda e de domicílio, observa-se que o recorrente possui diversas residências, onde, alternadamente, vive, considerando-se seu domicílio qualquer uma delas.

É importante ressaltar que em razão de seu trabalho na PETROBRAS, o recorrente temporariamente reside em diversos locais do Brasil, onde constantemente está mudando de residência para laborar nos mais diversos projetos e obras da Petrobrás, conforme se verifica na declaração firmada pelo recorrente (evento 08 - DECL3), reconhecida judicialmente sua existência nos autos e abaixo demonstrado:

(...)

Embora a constante mudança de residência, o recorrente tem sua família e ânimo de domicílio definitivo animus manendi, para inclusive demandar e ser demandado, no Estado do Rio Grande do Sul.

É perfeitamente possível que uma pessoa possua mais de um domicílio, pois a residência é uma situação de fato e o domicílio, a sede jurídica da pessoa, onde ela se presume presente para efeitos de direito. Podendo residir em um local e manter familiares e negócios jurídicos em outro. A pluralidade de domicílios é disciplinada nos arts. 71 e 72 do Código Civil.

Veja-se na Carteira de Identidade do recorrente anexa na inicial (evento 01 - RG3) que o recorrente é natural de Porto Alegre:

(...)

O recorrente tem seus negócios jurídicos em Porto Alegre. Veja-se o processo judicial cuja informação processual está anexa aos autos e abaixo demonstrado:

(...)

Portanto, de ofício o magistrado de 1º grau declinou da competência

Superior Tribunal de Justiça

para o processo e julgamento do feito ao Juízo Federal Distribuidor da Subseção Judiciária de Três Lagoas/MS e, conforme reconhecido judicialmente no processo pelas decisões dos eventos 05 e 13 dos autos de origem (5004834-27.2015.4.04.7100) sobre a existência de comprovação de residência do recorrente em Gravataí/RS, ou seja, a mesma circunscrição judiciária do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que manteve a decisão do magistrado de 1º grau de declinar desta competência, equivocada está a decisão deste Tribunal" (fls. 260/268e).

Por fim, requer "a) seja conhecido e provido o presente recurso, com fulcro nas alíneas 'a' e 'c' do inciso III do art. 105 da CF, para reformar-se o v. acórdão do tribunal a quo para reconhecer a competência da Justiça Federal de Porto Alegre/RS, haja vista que o acórdão contraria o disposto no artigo 71 do Código Civil e a Súmula 33 do STJ; (...) b) seja o recorrido condenado ao pagamento das custas e honorários advocatícios" (fl. 268e).

Sem contrarrazões, o recurso foi admitido, na origem.

A irresignação não merece acolhimento.

Com relação à questão da competência, o Tribunal de origem, ao decidir a controvérsia, deixou consignado, no que interessa:

"Conforme se extrai da análise dos autos, a decisão declinando da competência foi proferida no evento 5, tendo o autor apresentado emenda a inicial (evento 8), cujas razões foram apreciadas pelo Julgador monocrático e proferida nova decisão (evento 13), mantida em embargos de declaração (evento 18).

Entendo que a decisão agravada, cujo conteúdo está nos eventos 5 e 13 merece ser mantida pelos próprios fundamentos, os quais abaixo transcrevo e adoto como razões de decidir:

Decisão evento 5

Consoante dispõe a Súmula nº 689 do STF, o 'segurado pode ajuizar ação contra a instituição previdenciária perante o juízo federal do seu domicílio ou nas varas federais da capital do estado-membro'. Isso, contudo, não o autoriza a demandar o INSS na capital de outro estado, onde nem sequer possui residência.

Na espécie, verifico que o autor é domiciliado na cidade de Três Lagoas/MS (Evento 1, END4), não havendo qualquer sentido na tramitação do presente feito em Porto Alegre/RS.

A sufragar os fundamentos acima lançados, transcrevo a seguinte decisão do Egrégio TRF da 4ª Região, perfeitamente

aplicável, mutatis mutandis, ao caso sub judice:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. COMPETÊNCIA DELEGADA. JUÍZO ESTADUAL DO DOMICÍLIO DO AUTOR. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. DECLINAÇÃO EX OFFICIO. 1. No caso de ação previdenciária movida contra o INSS, é concorrente a competência do Juízo Estadual do domicílio do autor, do Juízo Federal com jurisdição sobre o seu domicílio e do Juízo Federal da capital do Estado-membro, devendo prevalecer a opção exercida pelo segurado. O segurado não tem, de outro lado, a faculdade de aforar feito contra a Autarquia Previdenciária Federal em Juízo Estadual diverso daquele de seu domicílio, tendo em vista que a finalidade da norma contida no art. 109, § 3º, da CF, que versa a competência delegada, é justamente oportunizar e facilitar o acesso do segurado à Justiça próximo do local onde vive. 2. Diferentemente do que sói ocorrer nos casos de competência territorial, aqui não há falar em competência relativa do Juízo Estadual do domicílio da autora, mas, sim, em competência absoluta deste em relação aos demais Juízos Estaduais (uma vez que a requerente optou por não propor a ação no Juízo Federal), decorrente da norma constitucional que prevê a delegação. Precedentes. 3. Sendo absoluta a competência, cabível sua declinação, de ofício, pelo Juízo Suscitante, não se aplicando a regra processual de prorrogação da competência por inexistência de exceção oferecida pelo réu [grifei]. (TRF/4ª Região, 3ª Seção, CC nº 2007.04.00.022164-3, D.E. 28/09/07, Rel. Des. Federal Celso Kipper, unânime)

Isso posto, declino da competência para o processo e julgamento do feito ao Juízo Federal Distribuidor da Subseção Judiciária de Três Lagoas/MS, onde o autor tem domicílio.

Decisão evento 13 após emenda à inicial:

Recebo a petição e documentos do evento 8 como pedido de reconsideração da decisão do evento 5.

Trata-se de emenda à inicial e pedido de reconsideração da decisão que declinou da competência para julgamento do feito à Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul, Subseção Judiciária de Três Lagoas - MS. Alega o autor que possui residência em

várias cidades, sendo, no entanto, seu ânimo de domicílio em Gravataí, onde possuiria familiares, negócios, etc. Refere que elegera o foro da SJRS para facilitar o cumprimento de diligências e por ser onde possui domicílio com animus manendi. Indica que, em função de suas atividades na Petrobrás, constantemente se desloca pelo território nacional, fixando temporariamente residências, como ocorreu em Três Lagoas - MS, de onde teria saído em 14-01-2015 e ido por um período a Recife-PE, logo em seguida se deslocando a Aracaju. Junta documentos e declaração do autor.

Em que pese a argumentação do autor, não vejo como, à luz da documentação dos autos, acolher o pleito. Saliente-se, de início, que - ainda que por equívoco involuntário - já na petição inicial indica o autor o endereço no estado do Mato Grosso do Sul! O fato de que o ajuizamento da ação nesta Seção Judiciária do Rio Grande do Sul tornaria mais prático e célere o cumprimento das diligências não pode ser considerado como fator de fixação da competência.

Ademais, o consultando os dados do autor na Receita Federal, verifico que o endereço lá cadastrado é aquele do comprovante de residência juntado no evento 1, END4 (AV. CAPITAO OLINTO MANCINI, 4440, QD 5, LOTE 11, PQ. DAS MANGUEIRAS - TRES LAGOAS - MS, CEP 79611001), sendo evidentemente de se presumir que o domicílio efetivo da pessoa é aquele que a mesma indica para fins fiscais e tributários. Além disto, a análise das declarações de renda dos exercícios 2013 e 2014, juntadas aos autos com sigilo de justiça para que apenas as partes tenham acesso, demonstra que o autor, em que pese possua imóveis em ambos os Estados de MS e RS, aparentemente firmou domicílio naquela (e-STJ Fl.250) cidade de Três Lagoas-MS, efetivamente. Primeiro porque alterou o domicílio fiscal, de 2013 para 2014, para aquela cidade. Segundo porque em 2013 inexistia o imóvel da av. Capitão Olinto Mancini, o qual foi adquirido e incluído na declaração do IR de 2014, o que se mostra aparentemente contraditório com uma temporária residência naquela cidade já que inclusive adquiriu imóvel de considerável valor. Terceiro, o simples fato do autor ser nascido no RS e possuir imóveis neste Estado não determina, de per si, que aqui possua domicílio, sendo evidente que pode possuir patrimônio imobiliário e não residir no mesmo, servindo estes de moradia a familiares ou

Superior Tribunal de Justiça

mesmo como fonte de renda mediante aluguel.

Ante à ausência de qualquer outra comprovação de que aqui efetivamente reside o autor, aliado aos demais elementos que indicam sua residência e domicílio em Três Lagoas - MS, mantenho integralmente a decisão anterior.

Como se vê, diante dos elementos acostados aos autos não restou afastado o domicílio indicado na inicial, tendo inclusive alterado seu domicílio fiscal para a cidade indicada" (fls. 249/251e).

Sendo assim, o Tribunal **a quo** esclareceu que "Ante à ausência de qualquer outra comprovação de que aqui efetivamente reside o autor, aliado aos demais elementos que indicam sua residência e domicílio em Três Lagoas - MS, mantenho integralmente a decisão anterior.(...) Como se vê, diante dos elementos acostados aos autos não restou afastado o domicílio indicado na inicial, tendo inclusive alterado seu domicílio fiscal para a cidade indicada". Tal fundamento, que serviu de base para a fixação da competência, não foi objeto de impugnação no Recurso Especial, como acima demonstrado.

Registre-se que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto do **decisum** contra o qual se insurge, refutando todos os óbices por ele levantados, sob pena de vê-los mantidos.

Logo, sendo o fundamento suficiente para manter o julgado, fica inviabilizado o Recurso. A esse respeito, aplicável, por analogia, o enunciado da Súmula 283/STF, que assim dispõe:

"É INADMISSÍVEL O RECURSO EXTRAORDINÁRIO, QUANDO A DECISÃO RECORRIDA ASSENTA EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE E O RECURSO NÃO ABRANGE TODOS ELES".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora